



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto desta contratação refere-se à Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento de uniformes destinados aos Agentes de Vigilância Sanitária do Município de Goioxim/PR.

Item	Material	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	V. Unt.	Total
1	CAMISETAS EM MALHA FRIA GOLA V COM SUBLIMAÇÃO	Estampas Frontal, Braço Direito e Braço Esquerdo Respectivamente.	60	UN	R\$ 72,27	R\$ 4.335,90
2	MOCHILA	Mochila para agente de Endemias. Material em lona na cor azul ou preto	4	UN	R\$ 392,52	R\$ 1.570,08
3	CAMISETA GOLA REDONDA	Camiseta manga longa com Proteção UVB, com logo do Município e Vigilância. Cor cinza Clara e azul escuro	12	UN	R\$ 106,10	R\$ 1.273,18
4	CAMISETA POLO	Camiseta gola polo no tecido piquet. Com logo do Município e Vigilância. Cor cinza Clara e azul escuro	16	UN	R\$ 104,16	R\$ 1.666,61
5	CAMISA FEMININA	Camisa confeccionada em tecido poliéster com elastano, cor cinza, manga longa, com recorte na parte da frente. Idem modelo	10	UN	R\$ 145,09	R\$ 1.450,85
6	CAMISA MASCULINA	Camisa confeccionada em tecido poliéster com elastano, cor cinza, manga longa, com recorte na parte da frente. Idem modelo	4	UN	R\$ 143,23	R\$ 572,91
7	JALECO FEMININO	Jaleco feminino na cor azul, em gabardine. Com logo do Município e imunização	8	UN	R\$ 137,25	R\$ 1.098,00
8	JALECO MASCULINO	Jaleco gola padre, masculino. Com logo do Município e imunização	2	UN	R\$ 137,25	R\$ 274,50
9	JALECO FEMININO SEM MANGA	Jaleco feminino e gabardine, sem manga, na cor azul escuro	6	UN	R\$ 125,18	R\$ 751,10

**\*Os modelos e desenhos deverão seguir os modelos especificados pelo município, somente após aprovação dos modelos será autorizada a confecção dos produtos.**

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 02/2024.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Para aquisição dos produtos objeto do presente termo, solicitamos a adoção do tipo de licitação Dispensa eletrônica, com critério de julgamento de menor preço MENOR PREÇOS POR ITEM, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 3º, inciso II do Decreto Municipal nº 002/2024, e demais normas aplicáveis subsidiariamente.

1.6. Considerando o disposto na lei municipal 819/2023 “contratação de microempresa e empresa de pequeno porte”, e que foram localizados, através de orçamentos anexo ao processo, 3 empresas sendo micro empresas ou empresas de pequeno porte, e que os serviços serão prestados, solicitamos EXCLUSIVIDADE para contratação de micro empresas ou empresas de pequeno porte através da Licitação por Dispensa Eletrônica.

Objetivando o desenvolvimento econômico na região da Cantuquiriguaçu, necessita-se que a presente licitação seja destinada a participação exclusiva de licitantes abrangidos pela lei municipal 819/2023, sendo:

**Compreende o âmbito Regional** as empresas sediadas na circunscrição do Município e na Região da Cantuquiriguaçu e seus municípios fronteirais, que abrangem os Municípios de: Altamira do Paraná, Bituruna, Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Campo Bonito, Campina da Lagoa, Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Cascavel, Catanduvas, Chopinzinho, Coronel Domingos Soares, Cruzeiro do Iguaçu, Cruz Machado, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniasçu, Guarapuava, Ibema, Inácio Martins, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Manguieirinha, Marquinho, Nova Laranjeiras, Nova Prata do Iguaçu, Palmital, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Santa Maria do Oeste, São João, São Jorge do Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Três Barras do Paraná e Virmond.

Com a aplicação da referida lei espera-se trazer inúmeros benefícios para a região, entre eles:

## **Benefícios Econômicos**

### **Fortalecimento da Economia Local:**

Comprar de produtores e comerciantes locais mantém o dinheiro circulando na comunidade, o que pode gerar mais empregos e melhorar a economia local.

### **Suporte a Pequenos Negócios:**

Pequenos produtores e comerciantes se beneficiam diretamente das compras locais, ajudando a sustentar negócios familiares e pequenos empreendimentos.

### **Redução de Custos de Transporte:**

Produtos locais geralmente têm menores custos de transporte, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e a pegada de carbono, contribuindo para o desenvolvimento nacional sustentável.

Em resumo o apoio a produtos regionais não só fortalece a economia local, mas também desempenha um papel crucial na criação de empregos.

Ao comprar localmente, consumidores ajudam a gerar oportunidades de trabalho que beneficiam diretamente suas comunidades. Este ciclo de suporte e crescimento contribui para uma economia mais robusta e resiliente, com benefícios sociais e econômicos que perduram a longo prazo, contribuindo para um desenvolvimento mais sustentável e equilibrado.

Para a realização de licitações exclusivas para ME/EPP se faz necessário a existência de o mínimo três fornecedores sediados local/regional o que foi possível identificar pelos orçamentos coletados assim como diversas empresas sediadas nas cidades regionais.

A promoção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) envolve a implementação de políticas públicas e iniciativas voltadas para a melhoria das três dimensões fundamentais do desenvolvimento humano: longevidade (saúde), educação e renda, pelo qual observa-se que a regional está abaixo dos índices de IDH brasileiro, conforme tabela a seguir:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

MUNICÍPIO	IDHM-L	IDHM-E	IDHM-R	IDHM	RANK PR	RANK BR
Campo Bonito	0,707	0,767	0,588	0,687	367	3.200
Candói	0,685	0,811	0,638	0,711	297	2.795
Cantagalo	0,633	0,814	0,610	0,686	369	3.219
Catanduvas	0,703	0,806	0,641	0,717	275	2.682
Diamante D'Oeste	0,722	0,792	0,613	0,709	307	2.841
Espigão Alto do Iguaçu	0,724	0,797	0,604	0,708	310	2.850
Foz do Jordão	0,669	0,783	0,614	0,689	363	3.176
Goioxim	0,669	0,798	0,572	0,680	375	3.303
Guaraniaçu	0,703	0,816	0,664	0,728	247	2.475
Ibema	0,717	0,827	0,620	0,722	266	2.595
Laranjeiras do Sul	0,737	0,848	0,673	0,753	151	1.809
Marquinho	0,724	0,772	0,577	0,691	359	3.140
Nova Laranjeiras	0,691	0,788	0,611	0,697	349	3.048
Pinhão	0,712	0,812	0,615	0,713	287	2.751
Porto Barreiro	0,709	0,819	0,621	0,716	276	2.686
Quedas do Iguaçu	0,737	0,839	0,664	0,747	172	1.969
Reserva do Iguaçu	0,685	0,830	0,662	0,726	254	2.511
Rio Bonito do Iguaçu	0,675	0,759	0,573	0,669	388	3.483
Saudade do Iguaçu	0,816	0,831	0,697	0,781	63	1.030
Virmond	0,656	0,858	0,644	0,719	270	2.632

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS DO PARANÁ. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da região Cantuquiriguaçu. Disponível em: [https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/Documento/IdhmCantuquirigu%25C3%25A7u18.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Documento/IdhmCantuquirigu%25C3%25A7u18.pdf).

A promoção do IDH requer uma abordagem integrada e multidisciplinar, envolvendo diversos setores da sociedade e níveis de governo. Políticas bem-sucedidas são aquelas que consideram as especificidades locais e promovem a inclusão e equidade, garantindo que os benefícios do desenvolvimento alcancem a toda a população.

De modo que a promoção da renda é um fator crucial para estimular o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pois a renda influencia diretamente a qualidade de vida e o acesso a serviços essenciais.

De acordo com Cardoso et al. (2023) "A ideia de Desenvolvimento Sustentável é buscar o equilíbrio entre o crescimento econômico, a preservação do meio ambiente e a resolução das desigualdades sociais, garantindo a qualidade de vida desta e das próximas gerações. Para que o Desenvolvimento Sustentável seja definido e operacionalizado, tem-se a criação e aplicação de sistemas de indicadores ou ferramentas de avaliação que procuram mensurar a sustentabilidade. O Barômetro da Sustentabilidade é um Índice de Sustentabilidade que utiliza indicadores de desenvolvimento que representam a Dimensão Humana e Ambiental, avaliando o nível de Bem-Estar de ambos. O Território da Cantuquiriguaçu é composto por vinte municípios, os quais estão localizados no Terceiro Planalto Paranaense, sendo uma das regiões com características rurais mais pobres do Estado do Paraná. Assim sendo, o estudo teve como objetivo geral, analisar o nível de sustentabilidade do Território da Cantuquiriguaçu/PR, mediante aplicação da metodologia Barômetro da Sustentabilidade. Em termos metodológicos, a pesquisa é descritiva, documental e predominantemente quantitativa. Os resultados apontaram que o Território da Cantuquiriguaçu/PR se classificou como Quase Insustentável, ou seja, o nível de sustentabilidade dessa região é considerado 'pobre'" (CARDOSO et al., 2023, online).

CARDOSO, Juliane; BOURSCHIEDT, Deise Maria; BORGES, Ceyça Lia Palerosi; TOMASSEVSKI, Elder Antonio. A ideia de Desenvolvimento Sustentável é buscar o equilíbrio entre o crescimento econômico, a preservação do meio ambiente e a resolução das desigualdades sociais, garantindo a qualidade de vida desta e das próximas gerações. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/6391/html>. Acesso em: 5 jun. 2024.

A implementação de estratégias voltadas à priorização de fornecedores locais pode transformar as contratações públicas em um verdadeiro motor para o desenvolvimento econômico regional. Através de medidas como a simplificação de processos, a garantia de transparência e o oferecimento de suporte contínuo, os entes públicos promovem o fortalecimento de suas economias, fomentam a inclusão produtiva de pequenos negócios e contribuem de forma direta para a melhoria da qualidade de vida da população.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

Nesse contexto, a presente contratação destina-se exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas no âmbito regional, nos termos da Lei Municipal nº 819/2023, que regulamenta medidas de incentivo à economia local no Município de Goioxim e região da Cantuquiriguaçu.

Conforme levantamento de mercado realizado, verificou-se a existência de, ao menos, três fornecedores localizados na região que se enquadram como ME/EPP;

O atendimento ao critério de, no mínimo, três fornecedores locais aptos, conforme previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, autoriza a destinação exclusiva da licitação às ME/EPP regionais.

Além disso, o apoio às empresas locais estimula a circulação de recursos na economia do município e da região, gerando empregos, aumentando a arrecadação tributária e promovendo maior sustentabilidade nas políticas públicas. A compra de produtos de fornecedores regionais também reduz custos logísticos, diminui a emissão de poluentes e fortalece as cadeias produtivas locais.

A medida, portanto, está em consonância com os princípios da eficiência, desenvolvimento nacional sustentável e isonomia previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como com os compromissos assumidos pelo município com a melhoria de indicadores socioeconômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), especialmente em uma região classificada como de baixo índice de sustentabilidade, conforme estudo de Cardoso et al. (2023).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de **Goioxim/PR** tem por atribuição a aquisição de uniformes para os Agentes de Vigilância Sanitária, visando suprir as necessidades do departamento competente e garantir melhores condições de trabalho aos servidores.

2.2. A disponibilização de uniformes em quantidade e qualidade adequadas é fundamental para o bom funcionamento das atividades da Vigilância Sanitária, especialmente no que tange à segurança, identificação, higienização, padronização visual dos profissionais e à prevenção de contaminações, contribuindo assim para a proteção dos trabalhadores e da população atendida.

2.3. A contratação de empresa especializada para a confecção de uniformes justifica-se pela necessidade de prover aos agentes vestimentas apropriadas para o desempenho de suas funções, considerando que os uniformes atualmente disponíveis se encontram desgastados, comprometendo a apresentação visual, a identificação funcional e a padronização do setor.

2.4. Considera-se também indispensável manter um pequeno quantitativo de uniformes em reserva, para reposição em casos de desgaste excessivo, avarias durante as atividades ou substituições emergenciais, conforme previsto no planejamento de aquisição.

2.5. A presente contratação está alinhada aos objetivos estratégicos da Secretaria, no sentido de assegurar infraestrutura adequada e melhores condições de trabalho, refletindo diretamente na excelência dos atendimentos e na segurança dos usuários e servidores.

2.6. Vale destacar, conforme estudo conduzido por neurocientistas da Universidade McMaster, no Canadá, que o uso de uniformes influencia positivamente a percepção social e o reconhecimento funcional dos servidores, gerando maior respeito e autoridade no desempenho das atividades, além de contribuir para a imagem institucional da Administração Pública.

2.8. Diante disso, o Secretário Municipal de Saúde e Saneamento de **Goioxim/PR**, no uso de suas atribuições legais, solicita a contratação para eventual aquisição, por meio de Registro de Preços, de empresa especializada para a



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

**confecção de uniformes destinados à Vigilância Sanitária**, com o objetivo de atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução mais adequada e menos onerosa à Administração consiste na abertura de procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada na confecção de uniformes para os Agentes de Vigilância Sanitária, com fornecimento parcelado conforme demanda, no período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantida a vantajosidade.

3.2. A adoção do sistema de registro de preços garante flexibilidade, controle de estoque e redução de desperdícios, além de assegurar a disponibilidade dos uniformes sempre que necessário, com previsibilidade orçamentária e planejamento adequado de reposições.

3.3. Para assegurar a economicidade, a contratação deverá observar o princípio da competitividade, adotando como critério de julgamento o **menor preço por item**, conforme regulamentação vigente, observando-se ainda a regularidade da empresa e a conformidade técnica com os padrões exigidos.

3.4. A aquisição nos moldes propostos neste Estudo Técnico Preliminar visa atender diretamente às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, garantindo segurança, qualidade, padronização e a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

3.5. Esta contratação está alinhada ao planejamento anual de contratações, sendo parte das metas pactuadas da administração, com impacto direto na qualidade do atendimento prestado e na valorização dos profissionais de saúde que atuam na linha de frente da Vigilância Sanitária.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(Art. 6º, XXIII, alínea 'e', e art. 40, §1º, inciso II, ambos da Lei nº 14.133/21)

4.1. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividades relacionadas ao objeto, que não possuam sanções impeditivas de contratar com a Administração Pública, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

#### Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. As empresas participantes do certame deverão adotar práticas socioeconômicas e ambientalmente responsáveis, inovadoras e competitivas, visando atender à demanda proposta de forma sustentável, garantindo o desenvolvimento nacional de forma equitativa e responsável, sem comprometer as futuras gerações.

4.2.2. As pessoas jurídicas, de direito público ou privado, devem fornecer atestados que comprovem a aptidão dos bens fornecidos para garantir o desenvolvimento sustentável e a redução de impactos ambientais.

#### Das Amostras e da Qualidade

4.3. O licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar “a arte dos bordados dos uniformes”, bem como as “cores e a qualidade dos tecidos”, conforme especificações do Termo de Referência.

4.3.1. Os produtos adquiridos somente serão aceitos se estiverem plenamente de acordo com as especificações apresentadas na proposta de preços.

4.3.1.1. Caso sejam identificadas divergências nas especificações, a empresa vencedora deverá substituir os produtos imediatamente.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

4.3.2. Será exigida a apresentação de amostras dos tecidos para aprovação.

4.3.2.1. A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de **Goioxim/PR** solicita a entrega das amostras e da cor padrão dos tecidos no ato da habilitação.

4.3.2.2. A pedido da Secretaria, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente as amostras no local indicado, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da habilitação.

4.3.2.2.1. As amostras deverão ser entregues identificadas e com suas especificações.

4.3.2.2.2. O não envio ou envio fora do prazo das amostras, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro e Secretaria, ou sua entrega fora das especificações, acarretará a desclassificação da proposta.

4.3.2.2.3. Se as amostras do primeiro classificado não forem aceitas, o Pregoeiro analisará as propostas seguintes, até encontrar uma amostra compatível com as exigências do Termo de Referência.

4.3.2.3. O **brasão do Município de Goioxim/PR** e os logotipos dos bordados deverão constar com suas devidas cores, dimensões e formatos.

4.4. **Local de entrega das amostras:** Secretaria Municipal de Saúde de **Goioxim/PR**, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

4.4.1. As amostras serão avaliadas no prazo de até 1 (um) dia útil após a entrega, com emissão de parecer da Secretaria contendo os motivos da aprovação ou reprovação.

4.4.2. A ausência de algum item ou a entrega em desacordo com o edital desclassificará a empresa automaticamente, sem possibilidade de substituição do item reprovado.

4.4.3. Serão desclassificadas as empresas que deixarem de entregar as amostras no prazo, sendo convocadas as demais conforme a ordem de classificação.

4.4.4. As comunicações e solicitações relacionadas às amostras poderão ser feitas por e-mail.

4.4.5. Os relatórios ou pareceres sobre a análise das amostras poderão ser solicitados por e-mail pelos licitantes, para garantir a transparência do processo e eventual exercício do direito de recurso.

## Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## Garantia da Contratação

4.6. O contrato conterá detalhamento das regras sobre a garantia da contratação.

4.7. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.7.1. O critério de julgamento será o **menor preço por item**.

4.7.2. Não será admitida a indicação ou vedação de marcas.

4.7.3. Fica vedada a subcontratação do objeto.

4.8. Não será exigida garantia contratual nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

## Qualidade dos Produtos

4.9. Os produtos devem apresentar qualidade adequada para sua finalidade.

4.9.1. A contratada deverá garantir que os produtos estejam em perfeitas condições de uso, devidamente embalados e rotulados.

## Quantidade e Especificações

4.10. A contratada deverá entregar a quantidade solicitada e garantir que os produtos atendam às especificações técnicas do edital.

4.10.1. Havendo divergência, a contratada deverá realizar a substituição às suas expensas.

## Obrigações da Contratada

4.11. Além das obrigações legais e contratuais, a contratada deverá:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

- a) Cumprir rigorosamente as solicitações e os prazos de entrega do Termo de Referência;
- b) Indicar responsável técnico pela execução dos serviços no ato da assinatura do contrato;
- c) Comunicar por escrito, em até 48 horas, qualquer fato que impeça o fornecimento;
- d) Manter durante o contrato as condições de habilitação exigidas;
- e) Não transferir o contrato a terceiros, ainda que parcialmente;
- f) Cumprir as demais obrigações constantes na Minuta de Contrato/Ata de Registro de Preços.

## Modelo de Escrita e Logotipos dos Bordados

4.12. Integram este Termo de Referência os anexos com os modelos de logotipos e desenho técnico dos bordados a serem aplicados nos uniformes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea 'e', e art. 40, §1º, inciso II, ambos da Lei nº 14.133/21)**

### Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dar-se-á sob forma **parcial**, conforme a **necessidade do Município de Goioxim**, com prazo de entrega de até **30 dias**, contados da emissão da Autorização de Entrega. Serão pagos apenas os valores relativos ao fornecimento dos bens efetivamente entregues.

### 5.2. Acompanhamento e Fiscalização:

O cumprimento do contrato será monitorado e fiscalizado pela equipe designada pela Secretaria Municipal de Saúde, que terá a responsabilidade de:

- Realizar o recebimento dos produtos, verificando se estão conforme as especificações estabelecidas no Termo de Referência;
- Efetuar a conferência da quantidade e condições dos itens entregues, assim como a qualidade dos produtos, conforme os padrões previstos.

### 5.3. Prazo de Execução:

A execução do contrato se dará no prazo de **20 (vinte) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho, conforme o que ocorrer primeiro. A contratada deverá se comprometer a entregar os produtos dentro desse prazo, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.

### 5.4. Responsabilidade pela Execução:

A contratada será responsável pela correta execução do objeto, desde a produção até a entrega dos produtos, incluindo o transporte até o local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, com custos de transporte por conta da contratada.

### 5.5. Substituição de Itens Defeituosos:

Caso algum item apresente defeito ou não esteja conforme o especificado, a contratada deverá providenciar a substituição dos produtos, sem ônus para a Administração, dentro do prazo de **10 (dez) dias corridos** após a notificação da Secretaria Municipal de Saúde.

### 5.6. Garantia e Pós-venda:

A contratada deverá oferecer **garantia mínima de 90 (noventa) dias** contra defeitos de fabricação, conforme o Código de Defesa do Consumidor, e disponibilizar um canal de atendimento pós-venda para eventuais reclamações ou solicitações de substituição.

**5.7. Solicitação de Arte Antes da Fabricação:** A contratada deverá submeter à aprovação da Administração a arte dos itens que exigirem personalização, antes do início da fabricação, garantindo conformidade com as exigências contratuais.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

## 5.8. Conformidade e Responsabilidade Legal:

A contratada compromete-se a cumprir todas as normas legais e regulamentares relativas à execução do contrato, incluindo as normas trabalhistas, previdenciárias e fiscais, garantindo que os produtos entregues estejam em conformidade com as exigências da Secretaria Municipal de Saúde e com os regulamentos da Administração Pública.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), cujas atribuições estão previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.5. Fica designado como Fiscal de Contrato o(a) servidor(a) Fagner Rodrigo Ananias – Secretário Municipal de Administração;

6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência).

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, quando couber.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**7.7. Do prazo de pagamento:**

7.7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização do recebimento e ato de liquidação da despesa.

**7.8. Da forma de pagamento:**

7.8.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021).**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na **forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021**, que culminará com a seleção da proposta de **menor preço**.

As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado logo abaixo do Aviso de Contratação Direta.

Análise conjunta do demandante, da equipe técnica e da equipe de planejamento concluiu que por se tratar de objeto de pequeno vulto e de execução imediata não se faz necessária a exigência de qualificação econômico-financeira balanço patrimonial;

8.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; quando for o caso;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

*O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*

## **Habilitação Econômico-Financeira**

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em prazo não superior a 3 (três) meses contados da data de apresentação das propostas - Lei nº 14.133.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Valor total estimado da contratação é de **R\$ 12.993,12**.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. A despesa será classificada de acordo com a estrutura orçamentária conforme a seguir.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	1700	08.001.10.305.0006.2038	00326	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Goioxim, 06 de junho de 2025.

**Jairo de Souza Guimarães**  
Secretário Municipal de Saúde

